



Seria a “ancestralidade” um conceito histórico? Apontamentos sobre os usos sociais e políticos do termo no tempo presente

Carlos Roberto da Silva¹

Resumo: Este trabalho apresenta as reflexões decorrentes de uma primeira incursão sobre a semântica temporal específica do conceito de “ancestralidade”. A motivação é que esse termo figura de forma recorrente na produção textual de Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Daniel Munduruku, autores basilares da pesquisa de mestrado recentemente iniciada pelo autor. Na medida em que o termo ancestralidade comporta uma diversidade de significados, e que seu uso implica certos arranjos temporais complexos, como as articulações entre passado-presente-futuro, a questão que se coloca é a de saber se e como a ancestralidade pode ser caracterizada enquanto um conceito histórico. O horizonte teórico dessa problematização é extraído de Reinhart Koselleck, uma vez que sua visão dos conceitos enquanto formações linguísticas historicamente situadas contribui para a percepção da natureza única e singular dos usos sociais e políticos da ancestralidade no tempo presente. Mais que saber a história do conceito de ancestralidade, interessa saber como a ancestralidade temporaliza/historiciza a experiência vivida, de que forma ela articula o “tempo presente” com os “tempos ausentes”, como ela estabelece as fronteiras que aproximam/separam esses tempos, e como ela desafia a lógica hegemônica do tempo linear e irreversível. Espera-se que essa discussão contribua com os debates atuais no campo da História, uma vez que as cosmovisões indígenas cada vez mais têm integrado as preocupações dos teóricos da disciplina.

Palavras-chave: Ancestralidade; Conceito histórico; Temporalização; Historicização; Tempo Presente.

Reposicionando o debate

Os povos originários carregam uma conexão com a terra ainda não compreendida pela maior parte dos habitantes do planeta, são os guardiões dos rios e das florestas. A lógica neoliberal, neste sentido, choca com o projeto de vida no qual eles acreditam, com sua *ancestralidade*. Se hoje a crise climática é assunto que integra nossa rotina diária, se fazendo presente nos telejornais e nas diversas redes sociais o tempo todo, é fato também que os ativistas indígenas alertavam a muito tempo que a exploração desenfreada dos recursos naturais cobraria seu preço. Eles não cessaram de nos recordar que “a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco,

¹Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, com pesquisa financiada pelo Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-graduação – PROMOP/UDESC.

qualquer atividade humana deixa de ter importância” (KRENAK, 2020, p. 46). Ainda assim, o “imperativo da abundância” parece orientar as promessas políticas e seus arranjos sociais no neoliberalismo.

O projeto de pesquisa de mestrado recém iniciado pelo autor, nasce de seus incômodos perante este cenário turbulento amplamente noticiado. A intenção era confirmar em que instâncias se dão os contrastes entre as políticas do tempo ancestral e as políticas do tempo neoliberal, uma vez que parece certo “que os conflitos de tempo que marcam a sociedade brasileira dificilmente poderão ser apaziguados e sincronizados em nome de um outro futuro singular qualquer” (TURIN, 2022, p. 100). Para tanto, o trabalho pretendia investigar as representações do tempo ancestral difundidas pelo intelectual indígena Ailton Krenak enquanto políticas do tempo, as analisando em oposição às políticas do tempo neoliberal. Desta forma, buscar-se-ia perceber os tipos de experiência histórica, fruição do tempo presente e possibilidades de futuro que tais políticas do tempo têm oferecido à sociedade, reconhecendo a importância da ancestralidade para a manutenção da vida humana na Terra.

Analisar as políticas do tempo ancestral indígena em contraposição às políticas do tempo neoliberal, para além do simples detectar diferentes formas de temporalização histórica, tornar-se-ia um exercício importante para o reconhecimento de formas plurais de agência da vida humana na Terra. Olhar para a forma coletiva com a qual os povos indígenas conduzem sua existência e aprender com ela. Como nos contou Ailton Krenak no final de Futuro Ancestral, as crianças indígenas “não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. (...) O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a colocar o coração no ritmo da terra” (KRENAK, 2022, p. 117-118). Por isso é preciso resistir e não sucumbir perante as narrativas neoliberais que preferem difundir certezas sobre o fim a negociar formas plurais de habitar o mundo.

Na ocasião o autor percebia a necessidade de empreender uma investigação que se propunha a observar outras formas de se habitar o mundo, ideia não abandonada. Porém, o trabalho tomou outros rumos. Quando o resumo para a 5ª edição do Seminário Internacional de História do Tempo Presente foi preparado, tanto as reuniões de orientação quanto as aulas do mestrado não haviam começado. Naquele momento, parecia ser importante aproveitar o evento para realizar uma primeira incursão sobre a semântica temporal específica do conceito de “ancestralidade”. Poderia ser um bom início investigar como a ancestralidade pode ser caracterizada enquanto um conceito histórico, se é que pode. A



proposta era problematizar o termo a partir de Reinhart Koselleck, uma vez que sua visão dos conceitos enquanto formações linguísticas historicamente situadas, poderia contribuir para a percepção da natureza única e singular dos usos sociais e políticos da ancestralidade no tempo presente.

Porém, esta não é mais a proposta deste trabalho, assim como a pesquisa de mestrado do autor não visa mais comparar uma aparente política do tempo ancestral com as políticas do tempo neoliberal. O que o leitor verá na sequência não será uma discussão em torno da ancestralidade enquanto conceito histórico. Em comum acordo com a orientação, decidimos aproveitara apresentação no simpósio temático para compartilharos resultados parciais da reformulação do projeto de pesquisa, testando assim as hipóteses formuladas durante os três primeiros meses do programa de mestrado. Apresento então um resumo das reflexões iniciais acerca do projeto no momento intitulado: “Com o coração no ritmo da terra”: os usos sociais e políticos da ancestralidade renegociando fronteiras temporais.

Os usos contemporâneos da ancestralidade: política do tempo e solidariedade temporal

Nos últimos anos, o conceito de *ancestralidade* e suas variações lexicais - *ancestral*, *ancestrais* - têm sido utilizado de forma cada vez mais expressiva, sendo encontrado em produções artísticas, literárias, nos discursos de ativistas e intelectuais indígenas, além de recorrentemente se fazer presente nas falas de políticos e juristas em lutas travadas pela demarcação de terras. Em uma primeira aproximação, o conceito é mobilizado para apontar a ligação entre gerações contemporâneas e precedentes que o presentismo atual tende a enfraquecer (Hartog, 2014). Mas assim como os usos sociais e políticos do conceito parecem chamar a atenção para o não encerramento da experiência no tempo presente, percebe-se também que a ancestralidade pretende renegociar as fronteiras do tempo, apontando para uma espécie de ‘fluidez temporal’ como requisito para o enfrentamento das inúmeras emergências postas na contemporaneidade.

A ancestralidade desafia o modo como a historiografia acadêmica convencionalmente opera com a temporalidade, desafiando, portanto, a produção dos historiadores dedicados a trabalhar em conjunto com as cosmovisões indígenas. Se no nível semântico e em análise superficial a ancestralidade pode nos remeter a um período longínquo, a um passado distante, em citações realizadas por Ailton Krenak, por exemplo - “presente ancestral” (Krenak, 2021), “futuro ancestral” (Krenak, 2022), dentre outras, fica nítido que os usos do conceito



ancestralidade parecem extrapolar esse significado simplista, uma vez que a ancestralidade nas aparições citadas tensiona as fronteiras entre passado, presente e futuro. Os usos sociais e políticos da ancestralidade parecem nos convidar a performar solidariedade mais do que representar, parece nos indagar: como você se posiciona no mundo? A percepção de um fenômeno crescente nos últimos anos desperta o anseio por verificar se estes usos configuram uma *política do tempo*: o que está por trás da pragmática do discurso?

A política do tempo histórico enquanto conceito-problema tem mobilizado muitos teóricos na tentativa de compreender as mudanças históricas e seus entraves através do tempo. Peter Osborne no livro *The Politics of Time* foi um dos precursores deste debate (Osborne, 1995). Ao se preocupar com as relações entre periodização histórica e mudança cultural, o autor percebeu que toda a lógica da produção tratada como pós-moderna, mesmo quando envolvia uma mutação decisiva do campo, permanecia dentro da dialética da modernidade, ainda pleiteando uma totalização do tempo histórico.

Essa totalização histórica levanta questões sobre a natureza do próprio tempo histórico, uma vez que não pode ser abandonada, antes precisa ser negociada, em grande medida devido à própria estrutura existencial da temporalização. As políticas do tempo, neste sentido, não se referem a questões ideológicas, mas sim às lutas sobre a experiência do tempo: “como as práticas nas quais nos engajamos estruturam e produzem, habilitam ou distorcem, diferentes sentidos e possibilidades de tempo? Quais tipos de experiência histórica elas possibilitam ou impedem? Qual futuro elas garantem?” (Osborne, 1995, p. 200, tradução nossa). Desta forma, questionar uma política do tempo é interrogar uma estrutura temporal acerca do que ela reconhece, mantém ou exclui.

No que tange às políticas do tempo presente, muitos trabalhos destacam seu caráter excludente. Para María Inés Mudrovicic, “as políticas do tempo consistem em um conjunto de operações que, uma vez que sanciona o que é característico do presente, constroem um ‘outro’ excluindo-o diacrônica ou sincronicamente deste presente” (Mudrovicic, 2018, p. 10, tradução nossa). Esse outro construído é anacrônico, não pertence ao ethos contemporâneo. Trata-se, portanto, da criação de alteridades temporais: nem todos compartilham o mesmo presente político. Mas será que “podemos evitar que o presente se constitua em referente sociocultural a partir do qual se traça a diferença sincrônica ou diacrônica, ou seja, um presente hegemônico?” (Mudrovicic, 2018, p. 14, tradução nossa). A autora acredita ser impossível, já

que a temporalidade enquanto norma sempre se pretende universal, discriminando o não contemporâneo, o outro, considerado atrasado e anacrônico.

Outros modos de temporalização, entretanto, parecem (re)emergir, combatendo esse totalizante contemporâneo denunciado pela autora, assim como o conceito de presentismo do Hartog. A busca por um “presente” ou mesmo um “futuro ancestral” - expressão que dá nome ao último livro de Ailton Krenak, está longe de representar uma fuga do que os ocidentais compreendem como realidade. É possível que essa ‘invocação’ integre uma política do tempo que atue como resistência e como estratégia de sobrevivência. Nesta hipótese, o tempo ancestral vem fortalecer a luta contra as exclusões criadas pelo estado-nação, que ao pleitear uma temporalidade horizontal e totalizante, estipulou quais povos e culturas eram dignas de serem consideradas nacionais, apagando e hierarquizando verticalmente “os tempos das sociedades indígenas, dos negros, dos trabalhadores precarizados, das mulheres, da natureza, de todos aqueles que não cabiam nas projeções conceituais do ‘cidadão’, da ‘soberania’ e da ‘liberdade’” (Turin, 2022, p. 87).

Iniciada muito antes da instauração do projeto nacional, mais precisamente com o processo de colonização, escravização e genocídio negro e indígena, essa construção de “alteridades temporais” (Mudrovic, 2018, p. 11, tradução nossa) é matéria do tempo presente. Muita coisa aconteceu desde que o pesquisador John Manuel Monteiro publicou seu texto *O desafio da História Indígena no Brasil*, em 1995. De fato, a historiografia tem repensado o papel das populações indígenas na formação do país e do continente, buscando “repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram - ou registraram pouco - seu passado através da escrita” (Monteiro, 1995, p. 227). Outros trabalhos demonstram ainda que, “mesmo ‘aculturados’ e ‘dominados’, [eles] não deixaram de agir, não deixaram de ser índios e, embora por longo tempo ausentes da historiografia, não saíram da nossa história” (Almeida, 2010, p. 28).

Entretanto, os povos indígenas seguem precisando brigar por um lugar no tempo presente, por direitos básicos, e pela garantia a alguma espécie de futuro, lutando contra a disseminação de *fake news*, negacionismos e retrocessos políticos de diversos tipos (Cruz, 2021, p. 64). Ailton Krenak vê dois momentos chave envolvendo os povos indígenas: o primeiro ocorreu perto de 1500 quando os invasores “descobriram” o Brasil; o segundo quando os indígenas, nas décadas de 1970 e 1980, descobriram esse Brasil inventado. Hoje ainda opera a segunda descoberta, mas sempre em conflito já que “apesar de eles serem

simbolicamente os donos do Brasil, eles não têm lugar nenhum para viver nesse país. Terão que fazer esse lugar existir dia a dia. Não é uma conquista pronta e feita” (Krenak, 2015, p. 248).

O presente ou mesmo o futuro ancestral enquanto política do tempo, portanto, não deve se apresentar descolado da percepção de que tal política convive, se cruza e combate outros modos distintos de projetar-se no mundo. Outros tempos habitam e disputam o tempo presente, como o tempo da aceleração causada pelas novas tecnologias e o tempo da urgência do capital financeiro (Turin, 2019, p. 14). Tal percepção está intrinsecamente ligada a “cronocenose”, formulação conceitual apresentada na obra *Power and Time: Temporalities in Conflict and the Making of History* (Edelstein; Geroulanos; Wheatley, 2020). Trata-se de um olhar direcionado as intersecções complexas e voláteis de regimes temporais concorrentes. A cronocenose, neste sentido, permitiria aos historiadores reconhecer o complexo emaranhado por traz de regimes temporais que se apresentam dominantes em determinados pontos no tempo.

Nesta fase inicial da pesquisa, a cronocenose acabou se tornando uma abordagem teórica interessante, não como categoria de análise, antes como uma expansão de possibilidades analíticas, para pensar as temporalidades que emanam das ontologias indígenas. Os autores defendem que ao invés de buscar desenhar “linearidades objetivas esvaziadas”, os historiadores deveriam pensar a política do tempo a partir dos “choques” enfatizados na cronocenose (Edelstein; Geroulanos; Wheatley, 2020, p. 36). Esta percepção dialoga com a antropologia vanguardista, especialmente no que tange o conceito de *ontologias relacionais*. A ontologia ocidental insiste em sustentar os seus diversos simulacros binaristas. Dentre eles, a cisão entre homem e natureza é um dos principais binarismos, e tem se revelado mortal nestes tempos de agravamento da crise climática. As ontologias indígenas já não, são ontologias relacionais. Isso porque os povos indígenas têm outras formas de sentir o mundo, pensar o mundo, habitar o mundo, e suas práticas revelam que muitos mundos podem sim conviver (Escobar, 2016).

Talvez analisar a ancestralidade enquanto política do tempo, verificando as complexidades propostas pela cronocenose, seja também perceber que essa política do tempo existe apenas porque é preciso combater a ‘ocupação ontológica’ praticada pelo homem ocidental nos territórios indígenas. “A pressão sobre os territórios que se está evidenciando hoje em dia a nível mundial (...) pode ser vista como uma verdadeira guerra contra os mundos

relacionais, e mais uma tentativa de dismantelar tudo o que é coletivo” (Escobar, 2015, p. 93, tradução nossa). É perceber como o tempo se incorpora na vida prática, como essa incorporação resulta em relações de poder e, ao mesmo tempo, como essas relações são influenciadas pelo emaranhado de temporalidades.

No meio desta aparente fragmentação, algumas dimensões agem enquanto centros de gravidade, provocando encontros e articulações, mesmo que assimétricas. A já citada dimensão climática é uma delas. Se hoje a maioria dos cientistas têm demonstrado que caminhamos para um futuro catastrófico iminente, as atitudes práticas ainda enfrentam uma forte onda negacionista, que vêm colocando em risco as gerações do amanhã. Os empreendimentos teóricos envolvidos na causa da crise climática são muitos e incluem a História. O ensaio *O clima da História: quatro teses*, publicado por Dipesh Chakrabarty originalmente em 2009 e traduzido em 2013 para o português, foi um dos precursores. No texto o historiador afirma que “as explicações antropogênicas da mudança climática acarretam o fim da velha distinção humanista entre história natural e história humana” (Chakrabarty, 2013, p. 5). O autor trouxe essa ideia a mais de uma década e embora estes debates contêm cada vez com mais adeptos, é uma problemática que está longe de obter ampla aceitação nos meios acadêmicos.

Como aponta Chakrabarty, foram necessárias inúmeras pesquisas, publicações, debates e encontros, para que o campo da História ocidental se debruçasse em questionamentos acerca da ineficiente separação entre homem e natureza, e ainda assim, tratasse de uma perspectiva em construção. A antropologia, neste sentido, é uma disciplina basilar a inspirar o debate proposto por esta pesquisa, uma vez que tem refletido sobre a humanidade em perspectiva multiespécie já a algum tempo. “A reflexão sobre a relacionalidade [por exemplo] reposiciona o humano no canal constante da vida, no qual tudo está imerso; permite-nos ver-nos novamente como parte do curso da vida” (Escobar, 2016, p. 29, tradução nossa). Neste sentido, perceber como as diversas ontologias entram em conflito, aguçar um ‘olhar multiespécie na História’, torna-se interessante não apenas para categorizar os usos sociais e políticos do termo ancestralidade enquanto política do tempo, mas para colocar o próprio fazer historiográfico em movimento. Permitir-se pensar o tempo a partir de ontologias outras, é dar voz a existência de um mundo onde habitam infinitos mundos.



Para além de perceber se e como os usos contemporâneos do conceito de ancestralidade configuram uma política do tempo, é preciso verificar também se seus usos não apelam para a produção de “práticas de solidariedade”, já que a ideia de tempo ancestral parece apontar para o conceito de solidariedade. Podemos pensar nessa ancestralidade performada, nessa política do tempo ancestral, enquanto produtora de “solidariedade temporal”, convidando a sociedade a assumir a responsabilidade pelas gerações passadas, presentes e futuras? O livro *Concrete Utopianism: The Politics of Temporality and Solidarity* (Wilder, 2022) trouxe essa perspectiva para a pesquisa, destacando essa tensão entre um continuum temporal hegemônico e outros padrões contra-hegemônicos. Essa tensão pode ser traduzida como a tensão destacada pelo antropólogo Arturo Escobar entre a ontologia ocidental e as ontologias indígenas.

De fato, o estudo das políticas do tempo integra uma gama de preocupações com a não-neutralidade, característica inerente à concepção temporal. O modo como concebemos o tempo histórico influencia a forma com a qual lidamos com a injustiça e a ética histórica, tanto que por muito tempo os historiadores estiveram alinhados mais com o “ponto de vista dos perpetradores do que com o ponto de vista das vítimas (...), romper com tal viés estrutural requer repensar fundamentalmente as noções modernas dominantes de história e tempo histórico” (Bevernage, 2018, p. 23). A História cada vez mais tem investigado as implicações éticas que envolvem a historiografia e as definições temporais, uma vez reconhecido que o modo como concebemos o tempo não é neutro.

Após estudar as obras citadas de Peter Osborne, Maria Inês Mudrovic, Gary Wilder, BerberBevernage, e a obra coletiva de StefanosGeroulanos, Natasha Wheatley e Dan Edelstein, além de outras autoras e autores importantes no estudo das políticas do tempo, como Mauro Franco Neto, Pedro Batistella, Andrea Schettini, dentre outros, tenho buscado agrupar alguns sentidos que poderiam fazer parte de uma categoria operacional de políticas do tempo, que pudesse sustentar uma análise dos usos sociais e políticos da ancestralidade no tempo presente. Nesta direção, arrisco a pensar algumas definições operatórias – e provisórias – para aplicar na pesquisa, que são características recorrentes em quase todos os trabalhos que lidam com este conceito-categoria-em construção²: 1. Há uma ênfase na dimensão

²Muitas destas impressões foram construídas coletivamente, junto aos colegas que participam do “Fórum Teorias do Tempo Presente” na FAED/UDESC, sob coordenação do prof. Dr. Walderez Simões Costa Ramalho. Agradeço a todas(os) pelas significativas trocas e aprendizados.



performativa do discurso histórico; 2. As políticas do tempo problematizam as fronteiras entre presente, passado e futuro, revelando disputas e/ou negociações em torno das temporalidades; 3. É preciso apreender e organizar a dessincronização nos ritmos temporais, revelando injustiças sociais também a partir das temporalidades em conflito; 4. O tempo é uma categoria crítica à historiografia disciplinar e esse tensionamento é positivo para disciplina; e 5. Há uma forte tendência a interdisciplinaridade, ou seja, política do tempo não seria uma categoria exclusiva da historiografia.

Com tais características em mente, ressalto um trabalho recentemente estudado, que de certa forma, tornou-se uma inspiração do como empregar tais teorias em construção em um estudo histórico empírico. Trata-se de *Historicidades em deslocamento: temporalidade e política em mundos ameríndios*, tese de doutorado de Guilherme Bianchi, lançada como livro em 2023. Muito mais que listar orientações e construir fórmulas de aplicabilidade teórica, ou mesmo ditar caminhos e moldes para a análise historiográfica, Bianchi investiga as dimensões da experiência histórica recente em duas comunidades indígenas da América do Sul: os Ashaninka do rio Ene, na Amazônia peruana; e os Misak de Guambia, nos Andes colombianos (BIANCHI, 2023). Destaco o trabalho de campo realizado pelo autor em ambas as comunidades, pois mais que comprovar hipóteses previamente formuladas, foi uma experiência imprescindível para iluminar e transformar conjecturas teóricas antes apartadas das cosmovisões sobre as quais ele dissertava. Mais que inspirar, sua pesquisa trouxe uma certeza: é preciso mergulhar nas ontologias outras para compreendê-las, do contrário corre-se o risco de construir um trabalho sobre um outro inventado. “Se tudo que já existiu tem ancestral. Uma pedra tem ancestral, uma árvore tem ancestral” (Krenak, 2021, online), pensar sobre as políticas do tempo ancestral a partir do meu lugar de homem ocidental requer um abrir-se para outras formas de experienciar e teorizar a vida, exige o mergulhar.

Considerações finais

Diante das reflexões aqui expostas, cabe comentar os caminhos que a pesquisa seguirá, quais são os próximos passos. No momento o trabalho com fontes está se dando de forma intensificada. Estão sendo estudados e catalogados discursos e manifestos proferidos por ativistas, coletivos e grupos sociais indígenas; produções escritas de entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; artigos, capítulos de livro e livros produzidos por autores indígenas; dentre outros



materiais diversos. Com tal mergulho, pretende-se primeiro problematizar a noção de ancestralidade como limitada a representar o passado distante, apontando como ela renegocia as fronteiras entre passado, presente e futuro. Além de apontar tal renegociação, estas fontes parecem indicar uma forte relação entre ancestralidade e atualização, ponto a ser comprovado tanto no contexto dos rituais indígenas narrados pela oralidade e traduzidos para a escrita, quanto por etnografias produzidas por antropólogos.

A segunda fase da pesquisa buscará averiguar o que nos trouxe Gary Wilder acerca da solidariedade, ao afirmar que “a solidariedade é tanto um conceito temporal quanto espacial. Assim como busca conectar diversos grupos geograficamente, a solidariedade também pode ligar diferentes gerações em épocas históricas aparentemente separadas” (Wilder, 2022, p. 120, tradução nossa). Será que os usos contemporâneos da ancestralidade no discurso público traduzem uma intenção de performar politicamente laços de solidariedade temporal? No mergulhar nas fontes já estão sendo separados materiais que caminham rumo a confirmação desta hipótese.

Por fim, pretende-se avaliar em que medida as temporalidades da ancestralidade se relacionam de forma cooperativa e/ou crítica com as teorias contemporâneas dos tempos históricos. Temos visto distintas abordagens teóricas que por vezes soam como forças de construção do futuro. Políticas do tempo, cronocenose e solidariedade temporal são apenas algumas dessas forças. De onde elas estão vindo e que rumo pretendem tomar? É um movimento em construção, uma vez que, assim como o planeta, o campo da teoria da História também se encontra em ebulição. Vários autores têm pensado uma possível reabertura da disciplina, tem direcionado um olhar detalhado para as brechas, uma vez que elas podem falar bastante sobre o futuro. Acredito que essa empreitada de compreender como a ancestralidade em seus usos contemporâneos articula sentidos para a experiência do tempo, pode se unir a tais forças que pretendem dar novo gás a historiografia e a própria sobrevivência da disciplina nestes tempos caóticos onde impera a incerteza sobre o amanhã.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina C. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010



BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado**: tempo e justiça. Tradução de André Ramos, Guilherme Bianchi. Mariana: SBTHH, 2018.

BIANCHI, Guilherme. **Historicidades em deslocamento**: temporalidade e política em mundos ameríndios. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, n. 91, p. 2-22, 2013.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Letalidade branca**: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022, 218 f.

EDELSTEIN, Dan.; GEROULANOS, Stefanos.; WHEATLEY, Natasha. **Chronocenos**: An Introduction to Power and Time. In: *Power and Time: Temporalities in Conflict and the Making of History*. Chicago: University of Chicago Press, 2020.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. UFPR: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. AIBR: **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 11-32, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KRENAK, Ailton; COHN, Sérgio (org.). **Ailton Krenak**. Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Mostra de Culturas Indígenas traz debate com Ailton Krenak. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/mostra-de-culturas-indigenas-traz-debate-com-ailton-krenak>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Unesco, 1995, p. 221-228.



MUDROVIC, M. I. Políticas de tempo, políticas de história: ¿quiénes son mis contemporáneos?. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 07-14, 2018.

OSBORNE, Peter. *The Politics of Time. Modernity and Avant-Garde*. Londres: Verso, 1995.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: historicidade, aceleração e semântica neoliberal. Dansk: Zazie Edições, 2019.

TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 85-104, 2022.

WILDER, Gary. **Concrete Utopianism**: The Politics of Temporality and Solidarity. Nova York: Fordham University Press, 2022.